

# Brasil

## Conjuntura Alta de 0,43% fica abaixo do piso das expectativas do mercado

# Prévia do IPCA reforça sinais da recessão sobre preços de serviços

Arcia Martins e Denise Neumann  
De São Paulo

A surpresa favorável em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) de março, que subiu 0,43% — abaixo do piso das expectativas do mercado — foi concentrada na descompressão mais forte dos alimentos, mas também embutiu uma dinâmica mais comportada dos preços livres, em especial dos serviços.

O dado divulgado pelo IBGE provocou revisões nas estimativas de curto prazo e, para economistas, sugere que a desinflação na esteira da fraqueza da atividade pode ser mais significativa do que o atualmente previsto.

A prévia da inflação deste mês desacelerou quase um ponto (0,99 ponto percentual) ante fevereiro, puxada principalmente pela menor alta (de 1,92% em janeiro para 0,77% em fevereiro) na parte de alimentação e bebidas, onde foi forte a influência de alimentos in natura.

Além disso, o IPCA-15 mostrou reforço da dupla tendência já vista no IPCA do mês anterior: reajustes menos intensos em serviços, deflação da energia elétrica (-2,87%) e, na ponta oposta, alta de itens influenciados pela des-

valorização do real — a inflação de bens comercializáveis no primeiro trimestre ficou em 2,94%.

Dos três movimentos, o último pode perder fôlego em breve (dado o movimento mais recente do câmbio, de valorização do real) e parar de empurrar para cima os preços. Ao mesmo tempo, a recessão continuará a fazer o trabalho de conter reajustes em alguns segmentos de serviços.

De fevereiro para março, a inflação do conjunto que reúne preços como aluguel, empregada doméstica e cabeleireiro diminuiu de 1,26% para 0,29%, com ajuda da deflação de 10,79% das passagens aéreas e do arrefecimento sazonal dos reajustes de mensalidades escolares.

Para expurgar a volatilidade dos bilhetes aéreos e a sazonalidade de educação, Márcio Milan, da Tendências Consultoria, excluiu os dois itens do cálculo da inflação de serviços. Ainda assim, o índice desacelerou bastante entre a prévia de fevereiro e a atual, de 0,83% para 0,38%. Em 12 meses, esse grupo aumentou 7,8% em março, ante 8,16% em fevereiro. "É muito factível esperar que os preços de serviços apresentem uma trajetória mais condizente com o ajuste do mercado de trabalho", afirmou Milan.

A depender do IPCA fechado deste mês e de abril, a consultoria pode revisar para baixo sua estimativa para o avanço dos preços de serviços em 2016, atualmente em 7,2%. A previsão para a alta do indicador oficial de inflação no ano não segue em 7%.

A inflação elevada de 2015 (10,67%) e o reajuste de 11,6% do salário mínimo poderiam gerar uma indexação mais elevada. Não é o que está acontecendo, mas em alguns itens essa tendência (indexação mais contida) é bastante expressiva, como alimentação fora do domicílio.

Na média dos últimos três meses, os preços em restaurantes, lanchonetes, padarias etc. subiram 0,7% ao mês, bem abaixo do custo da alimentação em casa, que aumentou 1,85% ao mês. Historicamente, a dinâmica entre esses dois grupos é muito diferente. No ano passado, por exemplo, o grupo alimentação no domicílio subiu 1,24% em média nos primeiros três meses do ano e, fora de casa, 1%. É a queda na renda das famílias e a alta do desemprego que estão contendo reajustes em restaurantes e lanchonetes.

"Quando temos um choque de alimentos in natura, isso acaba afetando os preços de ali-

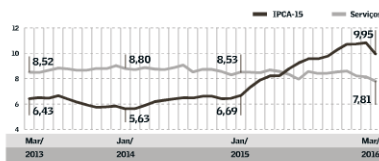
mentação fora do domicílio, algo que não estamos vendo agora", diz Leonardo Costa França, economista da Rosenberg Associação, França França, a desaceleração de 1,08% para 0,44% desses preços na passagem mensal indica que o efeito da atividade sobre o setor é maior do que o do recente choque de custos.

Educação (7% em 2015 e 6,8% no acumulado do primeiro trimestre de cada ano) e serviços pessoais (2,5% para 2,2% na mesma comparação) também acumulam altas menores neste ano em relação aos primeiros três meses do ano passado, mas serviços de saúde (2,6% para 2,9%) e o grupo consertos e manutenção em domicílios (2,4% para 3,2%) mostram uma inflação maior neste começo de ano.

Não fosse a inflação de dois dígitos de 2015, o impacto da recessão sobre os preços de serviços que já está em curso, seria ainda maior, avalia Danilo Passos, da Santander Asset Management. Mesmo assim, afirma, alguns itens dentro desse grupo subiram menos que o esperado no IPCA-15 de março, como aluguel, que cedeu de 0,67% para 0,18% entre fevereiro e a medição atual, e empregado doméstico (0,65% para 0,72%).

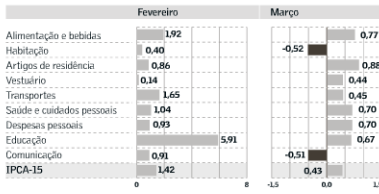
### Perdendo fôlego

IPCA-15 e serviços em 12 meses sem passagens aéreas e educação - %



### Desaceleração no mês

Trajectoria mensal dos grupos do IPCA-15 - Em %



Fonte: IBGE. Elaboração: Tendências Consultoria

Para Passos, a prévia da inflação deste mês foi favorável não só devido ao comportamento dos serviços, mas também ao índice de difusão e aos núcleos. A proporção de preços que subiram no mês caiu bastante entre fevereiro e março, de 77,5% para 71,5%. Já a média das três medidas usadas para expurgar ou diminuir o impacto de itens voláteis sobre a inflação ficou em 0,49%, também abaixo da alta de 1,04% de fevereiro.

Os bons sinais da inflação de serviços e de preços monitorados no primeiro trimestre, reforçados pelo IPCA-15 de março, associados ao movimento mais recente do dólar no mercado doméstico podem abrir espaço para novas revisões, para baixo, nas projeções para o IPCA do ano. No Focus, ela já caiu por duas semanas seguidas.

Após a divulgação da prévia deste mês, Passos reviu ligeiramente para baixo sua previsão para a alta do IPCA de março, de 0,49% para 0,46%. "Não acho que a desaceleração provocada pela atividade será suficiente para o IPCA encerrar 2016 abaixo de 7%, mas ela vai despertar no mercado a dúvida se a desinflação pode ser maior", disse.

# Massa salarial recua 11,2%, pior resultado desde junho de 2011

Camilla Veras Mota e Rodrigo Polito  
De São Paulo e do Rio

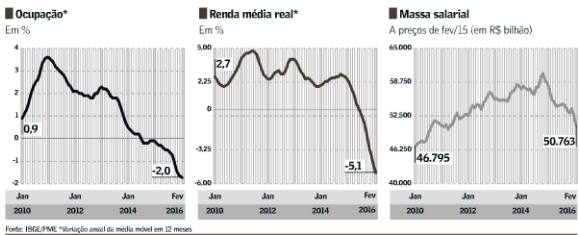
Os efeitos negativos da recessão sobre o mercado de trabalho, que se manifestam nos indicadores desde meados do ano passado, se intensificaram em 2016 e estão prejudicando o desempenho não apenas emprego, mas também da renda.

Depois de recuar 2,7% em janeiro, na comparação com o mesmo período de 2015, a ocupação caiu para 3,6% no mês passado nas seis principais regiões metropolitanas do país, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego, uma perda de 842 mil postos de trabalho. O rendimento médio real, por sua vez, encobriu 7,5%, no mesmo confronto, após recuar de 7,4% em janeiro.

Essa combinação levou a massa salarial a recuar 11,2% no mês passado, um dos piores resultados da série histórica da PME. Somando R\$ 50,8 bilhões na série do IBGE corrigida pela inflação, a massa de rendimentos — que representa uma fatia importante do volume de recursos disponível para o consumo nas regiões — recuou ao nível de junho de 2011,

### Em contração

Emprego e renda recuam nas seis principais RMs



Fonte: IBGE/PME. \*Variação anual de médio móvel em 12 meses

quando chegou a R\$ 50,9 bilhões. A taxa de desemprego, por sua vez, passou de 7,6% em janeiro para 8,2% em fevereiro.

A contração forte da renda levou a ICA Consultores a revisar a projeção de queda do indicador para o ano de 2,5% para 2,8%. As estimativas, diz o economista Fábio Romão, servem apenas para balizar as expectativas, já que a PME será substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O desempenho

não será pior, segundo ele, porque a inflação, que já dá sinais claros de desaceleração, deve aliviar as perdas dos salários em termos reais, fechando o ano em 7,4%.

"A tendência para este ano continua sendo de queda, já que a crise diminui o poder de barganha dos sindicatos", afirma Patricia Krause, da Coface, seguradora de crédito francês. Nesse cenário, diz ela, os níveis de inadimplência, que já sofreram alta importante em 2015, devem seguir ele-

varados neste ano. E não apenas entre os consumidores — no ano passado, o número de sinistros pagos pela Coface, que segura os recebíveis das empresas, cresceu 200%, diz Patricia.

As perdas na renda, avalia a economista, devem se traduzir mais a frente em alívio maior dos preços, especialmente os de serviços, e abrir espaço para que o BC possa cortar juros, o que a economista estima que aconteça no início de 2017.

Romão, da ICA, chama atenção para o volume expressivo de vagas perdidas no comércio, queda de 3,2% sobre fevereiro de 2015, e nos serviços, 2,7%, conforme a série elaborada pela consultoria e que agrega as diferentes atividades que compõem o setor na PME. O desempenho reforça o cenário mostrado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro, ressalta, que também apontou uma desaceleração maior dos dois setores, ambos bastante ligados à dinâmica da renda das famílias.

Nesse sentido, Romão ressalta a terceira retração consecutiva no nível de emprego nos serviços domésticos, de 4,5% no confronto com fevereiro do ano passado. "Entre 2011 e 2013, a queda observada nesse segmento veio de uma decisão dos empregados, que viram oportunidades com carteira assinada em outros setores", afirma. Agora, diante do aumento do custo desse tipo de serviço, bastante indexado ao salário mínimo, e do nível baixo de confiança do consumidor, avalia, as quedas consecutivas indicam uma iniciativa dos empregadores.

Adriana Beringuy, pesquisado-

ra do IBGE, chama atenção para a contração forte do nível de emprego da indústria, 9,8% em relação a fevereiro de 2015. O desempenho, avalia, explica em parte a redução expressiva do número de vagas com carteira assinada no período, 4,1%. A participação da indústria no total da ocupação, que chegou a 17,5% no início da série da PME, em março de 2002, encerrou fevereiro em 14,1%. Para Adriana, o desempenho negativo do comércio deve-se em parte à sazonalidade — desligamentos dos temporários da renda das famílias no fim de 2015.

Os economistas Jankiel Santos e Flávio Serrano, do Banco Itaú, observam que o desempenho só não tem atingido níveis mais altos nos últimos meses porque a procura por trabalho não tem crescido de forma significativa na PME.

Em fevereiro, a população economicamente ativa (PEA) encobriu 1,1%, depois de recuar 0,1% em janeiro, sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior. Chegou a taxa de participação, que chegou a 54,2% da população em idade ativa (PIA), tivesse se mantido na média histórica, eles calculam, de 56,8%, a taxa já teria passado de dois dígitos.

# Ajuste de estoques e as exportações elevam confiança do setor industrial

Alessandra Saraiva  
Do Rio

O ajuste dos estoques e a melhora nas vendas externas, devido ao dólar mais favorável, elevaram a confiança dos empresários da indústria neste mês, segundo a Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A prévia do Índice de Confiança da Indústria (ICDI) indica aumento de 1,1 ponto em relação ao número final de fevereiro, ao passar de 74,7 pontos para 75,8. Na comparação com março de 2015, o indicador caiu 3,6 pontos.

Para o superintendente-adjunto de ciências econômicas da FGV, Aloísio Campelo, o resultado mostra estabilidade no nível de confiança do empresário. No entanto, considera os dados insuficientes para indicar recuperação sustentável nos próximos meses. Segundo ele, a alta na prévia foi impulsionada por avaliações menos desfavoráveis da situação atual, mas as expectativas continuam sem melhora significativa.

Na prévia, o Índice de Situação Atual (ISA) avançaria 2,3 pontos,

para 79,4 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) manteria-se estável no nível mínimo histórico, em 72,6 pontos. "Se usarmos a prévia no lugar do resultado final, para os dois subindicadores, e calcularmos a média do trimestre, o ISA subiria de 74,4 pontos para 78 pontos; e o IE cairia de 75,9 pontos para 73,5 pontos do quarto trimestre de 2015 para o primeiro trimestre deste ano", afirmou Campelo.

Na prática, o quadro menos desfavorável do cenário atual não foi motivado por melhora nas condições de demanda, mas por ações dos empresários do setor para se adequarem ao atual contexto negativo da economia. Campelo lembrou que a indústria tem promovido ajustes em estoques desde o fim do ano passado, com bons resultados no início deste ano.

A prévia divulgada ontem sinalizou que o nível de utilização da capacidade instalada teria alcançado 74,3%, 0,7 ponto percentual acima do mínimo histórico da série, registrado em fevereiro. Ao mesmo tempo, a desvalorização

do real frente ao dólar tem direcionado o interesse do industrial para o mercado externo, porque o mercado interno não mostra reação expressiva de demanda.

"O que a prévia sinaliza não é um surto de 'megaotimismo' mas que a confiança saiu do fundo do poço", observou Campelo. "Há alguns elementos que levam a indústria a avaliar o momento atual como um pouco mais favorável no primeiro trimestre ante o quarto trimestre, e identificamos essas duas frentes, de ajustes de estoques e direcionamento ao mercado externo. O problema é que as expectativas estão muito ruins."

Segundo ele, caso se confirme o resultado para o IE no resultado final da pesquisa, a ser divulgado dia 31, as expectativas do empresário registrarão o pior patamar da série, iniciada em 2001.

A prévia indica, segundo Campelo, que houve quadro menos desfavorável nos parâmetros de confiança dos industriais de bens intermediários — não duráveis, bens de capital e duráveis, mas todas influenciadas pela melhora no cenário de situação atual.

# Alteração do IR de empresas tira receita e prefeituras ameaçam recorrer à Justiça

Vandson Lima  
De Brasília

Reflexo da retração da atividade econômica, a queda de arrecadação está causando conflitos entre municípios, Estados e União, todos em busca de incrementar o caixa.

O governo federal fez no fim do ano passado, por meio de Solução de Consulta, emitida pela Receita Federal, uma mudança na sistemática de retenção do Imposto de Renda das empresas. Até então, as fazendas municipais realizavam o recolhimento do IR de pessoas físicas e jurídicas e os contabilizava como receita própria. Com a mudança, o arrecadado de pessoa jurídica ficará com a União. A mudança surpreendeu prefeitos, que perderam dinheiro e agora querem judicializar a questão.

"É algo que vinha já sendo combatido pelos municípios como fonte de receita há anos. A mudança surpreendeu, pois ocorre em um momento em que a crise se abateu brutalmente sobre as receitas municipais. É um golpe duro", avaliou o prefeito de Belo Horizonte e presidente da

Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda (PSB).

De acordo com levantamento preliminar feito pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrafin), São Paulo e Curitiba devem ser as capitais mais afetadas com a alteração da arrecadação do imposto, com quedas, neste ano, da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões respectivamente. Entre os afetados estão ainda Belo Horizonte, com perda de R\$ 31 milhões; Rio, com R\$ 20,7 milhões; Fortaleza, em R\$ 20,4 milhões; Recife, com menos R\$ 8,6 milhões; Goiânia, com R\$ 8 milhões; Porto Alegre, com R\$ 7 milhões e Vitória, R\$ 5,2 milhões.

As perdas, que poderiam parecer pequenas em tempos de bonança, "aumentarão as dificuldades para o fechamento de contas em 2016", afirma Lacerda. "É um momento muito difícil. Se não voltar o crescimento econômico, estamos todos brigando, nos engalfinhando e afundando, mas temos de buscar reaver esse dinheiro."

Hoje, mais de cem prefeitos participam da plenária da 69ª Re-

união Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), no Rio. Além de temas como o subsídio financeiro da saúde, combate ao *Aedes aegypti*, fechamento de contas dos mandatos que se encerram neste ano e alternativas para o barateamento das tarifas do transporte coletivo urbano, que pautarão as discussões, os prefeitos esperam uma solução para a mudança no recolhimento do IR. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyoego de Oliveira é esperado no encontro. "Buscaremos um acordo pacífico. Mas não havendo uma solução negociada precisaremos contestar a decisão da Fazenda na Justiça", disse Lacerda.

Procurada, a Receita disse em nota que "não houve nenhuma alteração da legislação. A mencionada Solução de Consulta apenas reitera que (...) somente o IRRF incidente sobre rendimentos pagos a servidores e empregados dos Estados, do DF e dos municípios, bem como de seus autarquias e fundações, pertence a esses entes. Esse é o entendimento tanto da Receita Federal quanto da Procuradoria da Fazenda Nacional."